

Universidade Única e autonomia na Assembléia Popular – Bolívia 1971

Everaldo de Oliveira Andrade¹

Resumo: Este estudo é parte de um trabalho mais amplo que analisou o processo de formação da Assembléia Popular na Bolívia em 1971. O artigo analisa o processo histórico que resultou na proposta de Universidade Única e as práticas do movimento operário em relação às propostas de reforma universitária.

Palavras-chave: Bolívia - universidade - classe operária

Abstract: The present study is part of a more extensive work that analyses the process of formation the Popular Assembly in the Bolivia in 1971. The article analyses the historic process of formation the proposition the unique university and the practices of working class movement in relation of the propositions the university reforms

Keywords: Bolívia – university – working class.

No mês de outubro de 1970 a Bolívia era sacudida por uma série de golpes de estado protagonizados por diferentes setores militares. Uma situação inusitada de divisão, no seio do exército, destacou a existência de seis generais reivindicando a presidência do país em apenas um dia. Esta conjuntura particular só terminou provisoriamente com a aceitação do general Juan José Torres à presidência no dia 8 de outubro apoiado por uma greve geral decretada pela COB. Neste período particular é que surge a proposta do movimento operário boliviano de se constituir um órgão de poder próprio e independente do governo, iniciativa conhecida como Assembléia Popular de La Paz.

Este evento maior desencadeará uma série de iniciativas particulares em diversos ramos da vida social do país, inclusive na área da educação. É assim que surge com a Assembléia Popular o projeto de universidade única, uma proposta de reforma universitária gestada inicialmente pelos sindicatos mineiros e apoiada pela Assembléia. Antes de analisarmos a proposta em si, é preciso retomar alguns pressupostos que permitiram aos personagens daquela época chegarem a esta iniciativa. O projeto foi, como a própria Assembléia, produto de um processo histórico que remonta à chamada

¹ Doutor pela Universidade de São Paulo. Professor de História da América, Universidade Guarulhos (UNG). Praça Tereza Cristina, nº1, bloco G, Guarulhos – SP – e-mail: veandrade@bol.com.br.

revolução universitária de 1953 em La Paz e, mais remotamente, ao próprio movimento autonomista universitário que correu a América Latina desde 1918 a partir da cidade argentina de Córdoba.

Os antecedentes

A tradição universitária da América hispânica inicia-se praticamente com a conquista espanhola. A primeira universidade das Américas é fundada em Lima em 1551, seguida depois pelo México em 1553 e Córdoba em 1613. As modificações por que passa o capitalismo no início do século XX, principalmente a influência da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Mexicana de 1910, irá desencadear movimentos de inspiração nacionalista no continente. Este é o pano de fundo que leva estudantes da pequena burguesia, no âmbito universitário inicialmente, a provocar um movimento que, iniciando-se na cidade de Córdoba, na Argentina, espalha-se por todo o continente latino-americano.

Os estudantes de Córdoba motivados pelos ideais revolucionários depararam-se com uma velha e estática estrutura universitária que não lhes permitia exercer na universidade a liberdade de pensamento a que projetavam e aspiravam. As bandeiras iniciais do movimento exigiam a democratização da universidade e a autonomia frente ao estado. A negativa a qualquer diálogo radicalizou o movimento. Em 21 de junho de 1918, elaboraram um novo documento com reivindicações precisas. A proposta incluía liberdade, autonomia, co-governo, eleição dos diretores e ensino gratuito entre outras (Wanderley, 1995:132).

Como nos diz Darcy Ribeiro: "o ideário da reforma, admiravelmente expresso no manifesto de Córdoba, correspondia, como era inevitável, ao momento histórico em que ela se desencadeou e do contexto social latino-americano, cujas elites intelectuais começavam a ter consciência do caráter perpetuado de seu atraso em relação a outras nações, e das responsabilidades sociais da universidade, a reclamar um grau de modernização que a tornasse mais democrática, mais eficaz e mais atuante quanto à sociedade (Ribeiro, 1969:88-90)". O centro da reforma era a proposta de co-governo que significava a politização consciente da universidade para suas responsabilidades políticas com a nação e a democracia.

A reforma de Córdoba foi um movimento de caráter democrático, antiimperialista e anticlerical. Representou o início de uma ruptura social dos setores médios da pequena burguesia com a burguesia latino-americana, que se mostrava cada

vez mais incapaz de realizar propostas no sentido da conquista da soberania nacional e da democracia. Este movimento levará, em muitos países, suas lideranças a se aproximarem do movimento operário e das reivindicações e propostas socialistas.

Na Bolívia, o movimento autonomista ganhou maior impulso a partir de 1928. Em 1930 os estudantes bolivianos conquistaram autonomia para as universidades do país. O movimento estudantil ganhou fôlego nos anos seguintes e, em 1938, na cidade de Sucre, a sexta convenção nacional dos estudantes aprovou o programa de princípios da federação universitária boliviana.

O movimento espalhou-se por vários países latino-americanos funcionando como uma verdadeira escola política e intelectual para futuros líderes políticos do continente. Porém o ativismo estudantil não seria suficiente para explicar a enorme influência social deste movimento, era uma reivindicação de caráter nacional e democrática para todo o povo. Na medida em que a reivindicação do movimento autonomista se dirigia ao conjunto do povo, sua repercussão e apoios ampliaram-se para os setores populares que a estavam originalmente distantes da vida universitária. A autonomia da universidade tornou-se uma particularidade dos países latino-americanos, parte da luta dos seus povos pela soberania nacional, pela defesa de sua nacionalidade e dos elementos da cultura nacional.

Como veremos à frente, a Assembléia Popular de 1971, movimento político liderado pelos mineiros, foi capaz de projetar a universidade única na medida em que buscava um projeto político completo para o país. E é neste sentido que esta proposta ampliou-se para os setores estudantis e do professorado ligados às camadas médias da pequena burguesia boliviana. Em certo sentido expressava um processo em andamento de abrangência e ampliação política e social da própria Assembléia Popular. Como veremos em detalhes a frente, uma de suas principais bandeiras era a necessidade da universidade voltar-se para os problemas nacionais, para o povo, para a solidariedade com os trabalhadores.

A questão da relação de proximidade entre o meio educacional e o movimento operário não é criação recente nem abstração ideológica. A Comuna de Paris de 1871, primeiro governo liderado por operários na história, foi também o primeiro momento em que a proposta de ensino laico, gratuito e obrigatório foi formulada. Era uma reivindicação popular que até então não havia sido colocada de maneira tão incisiva e clara na história. E foi esta discussão que serviu a Marx para contestar o programa do partido social-democrata alemão, em sua célebre “Crítica do

Programa de Gotha”. Neste documento Marx defende a necessidade do movimento operário exigir do Estado meios materiais para o ensino e, ao mesmo tempo, rejeitar a influência do governo e da igreja. A ciência e a consciência deveriam exigir total liberdade na educação. Em outras palavras, Marx reivindicava que a escola, o ensino em geral, deveria se preservar em seu caráter criativo e investigativo, ser autônoma. É neste mesmo documento que ele irá propor a exigência de escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola primária. Um ensino que buscasse reunificar o saber teórico e a prática apartados pelo modo de produção capitalista.

A revolução de 1952 e as universidades

A proposta da Universidade Única estava ligada à tradição nacional boliviana. Durante a revolução boliviana de 1952 liderada pelos operários mineiros, ocorreram as chamadas "revoluções universitárias" em 1953 e 1954. Mais remotamente ocorrera o “pacto mineiro-universitário” assinado na universidade de Oruro em 29 de julho de 1946 para defender um programa comum entre os dois setores. Este foi um dos primeiros e marcantes episódios de proximidade do movimento dos mineiros com o dos universitários.

Os setores políticos de direita, derrotados pela revolução de 1952, mantiveram seus postos nas universidades. A revolução nacionalizou a grande mineração ainda em 1952 e em 1953 começava a reforma agrária. Porém nas universidades os setores ligados à direita mantinham seus lugares. O movimento operário que fizera a revolução não conseguiu consolidar-se politicamente como grupo social dirigente do processo, caindo nas mãos dos setores nacionalistas do MNR (movimiento nacionalista revolucionário), o que provocou sérios problemas políticos. Em 1954 a autonomia universitária significava naquele contexto político dar à Falange (partido de direita) o poder nas universidades contra o processo revolucionário de 1952 que expulsara a antiga oligarquia mineira do poder. Entre os dois principais partidos políticos na época que protagonizaram a revolução, o MNR nacionalista e o POR trotskista, surgiu uma diferenciação. Enquanto o MNR defendia a ocupação das universidades por milícias operárias e camponesas dirigidas desde o Estado, o P.O.R. defendeu a autonomia universitária sob a direção operária e camponesa contra o governo do MNR (Andrade, 1996).

Estando a frente do governo, a solução encontrada pelo MNR para derrotar seus adversários nas universidades, os falangistas, aprofundou o problema. Milícias de

mineiros foram enviadas para reprimir pela força o movimento universitário ao invés de buscar ganhar os estudantes para a causa da revolução. Aconteceram mobilizações em Oruro, Potosí, Cochabamba. Em outubro de 1954 as universidades de Oruro e Potosí foram ocupadas por milícias armadas de mineiros. Em 9 e 21 de maio de 1955 houve intervenções nas universidades de Cochabamba e Chuquisaca, depois em Tarija, Santa Cruz e La Paz (Lora, s/d: 214). No mesmo período o primeiro congresso da COB, em outubro de 1954, propunha "a centralização nas mãos do estado da universidade pública."

Este movimento, caótico e politicamente errado, ainda assim, permitiu e reconheceu a participação dos trabalhadores no governo das universidades. Um dos problemas das intervenções das milícias foi que elas se deram sem o apoio de uma maioria de estudantes e servindo para afastar os estudantes do movimento operário ao invés de aproximá-los. Mas o principal elemento diferenciador do processo de 1971 é que os operários mineiros estavam agindo sob orientação do partido nacionalista da pequena burguesia boliviana. A ação dos mineiros não se dera a partir de suas próprias deliberações. Neste sentido eles foram instrumentalizados por uma disputa entre falangistas e o MNR. O movimento de 1971 será, neste sentido, de uma qualidade superior ao conseguir construir um projeto de reforma universitária a partir do debate entre os operários e os universitários na Assembléia Popular.

Como antecedente mais próximo poderíamos citar o chamado "maio de 68", que na Bolívia foi abafado pela ditadura militar iniciada com o general René Barrientos em 1964. Como a morte de Che Guevara e a Guerra do Vietnã, não se pode negar que estes foram acontecimentos que influíram nos ânimos políticos das camadas médias da pequena-burguesia – setores sociais majoritários nos meios universitários - para sua radicalização política e aproximação com os setores organizados do movimento operário (Coggiola, 1990).

A Assembléia Popular e a Universidade Única

O movimento em torno da assembléia popular permitiu que o conjunto de experiências e debates entre o movimento operário e as comunidades universitárias prosperassem e atingissem um novo patamar de elaboração. A experiência política do movimento operário boliviano, em particular do seu núcleo mineiro, adquiriu uma qualidade superior. Para o sindicalismo mineiro tratava-se de dar os passos para que a Assembléia Popular pudesse, numa conjuntura política favorável, assumir o controle

político do país. A instabilidade política marcada de um lado pela ofensiva dos trabalhadores construindo a Assembléia Popular, e de outro, pela constante articulação golpista dos militares de direita liderados pelo general Hugo Banzer, colocava o frágil governo do general Torres numa situação meramente provisória.

O movimento operário buscava claramente fazer da universidade um instrumento de sua projetada revolução, orientado pela tese política da COB que constituía a base programática da Assembléia Popular. É neste sentido que a proposta declarava: "a reforma universitária, como fenômeno histórico e considerada em sua verdadeira essência, não é mais que a luta entre o proletariado e os agentes criollos do imperialismo para levar atrás de si a inteligência pequeno-burguesa²". Para os mineiros tratava-se de buscar uma aliança com os estudantes mas sobre a direção do movimento operário: "queremos encontrar canais adequados que inclusive no plano estritamente universitário e acadêmicos efetivem a direção operária".

O documento coloca sob um novo plano a questão ou reivindicação histórica da autonomia universitária. Afirma em primeiro lugar que esta reivindicação tem um caráter histórico delimitado e se relaciona de outro modo com um poder de caráter operário ou burguês. Assim é dito: "quando se instaurar o governo operário não haverá lugar para a autonomia universitária (...) em nenhum caso e com nenhum pretexto pode-se falar de uma autonomia com referência ao movimento operário. Se somos revolucionários temos que concluir que a universidade está submetida ao proletariado e não é autônoma em relação a ele". O texto vai além e critica a autonomia que sendo progressista inicialmente, tornara-se um obstáculo para o aperfeiçoamento da universidade. Durante a revolução de 1952 a bandeira autonomista serviu para encobrir os bastiões conservadores nas universidades. O fim da autonomia era visto como uma ampliação democrática da universidade a serviço do governo da maioria, do governo operário.

Uma série de críticas são feitas à universidade. O centro das críticas está em dizer que há um fracionamento e divisão artificial que não respondem às necessidades do país, produzindo um ensino medíocre e utilizando o dinheiro público de forma desonesta. "Os mineiros somos conscientes que cada profissional que geralmente atua contra nós na vida diária, nos custa um pulmão e o menos que podemos pedir é que

² Hacia la Universidad boliviana. *Hombre Nuevo*, La Paz, , 10, jun-jul. 1996. Todas as citações a seguir referem-se a este mesmo documento.

nossos pulmões sejam melhor e mais honestamente administrados. Isto no entanto não é a revolução mas é um retorno à honestidade".

A proposta de criação da universidade boliviana única buscava primeiramente então superar os localismos que impediam possibilidade de uma universidade voltada para os interesses do país como um todo. O projeto previa a unificação das 7 universidades existentes na Bolívia com o direito da classe operária supervisionar a condução e a administração do ensino. "A universidade boliviana, considerada como universidade única, permitirá empregar melhor os recursos econômicos que humanos com o os que atualmente se contam e proporcionar um marco adequado para as reformas pedagógicas que urge introduzir. A Assembléia Popular, da qual forma parte a universidade, tem o dever de criar esta universidade a serviço da revolução e do país".

Partindo deste pressuposto a reforma proposta pela assembléia popular previa:

- a) criar uma única universidade boliviana com faculdades localizadas de acordo com as necessidades nacionais;
- b) capacitar os futuros profissionais para servir à causa revolucionária e não como inimigos dos operários;
- c) reformas pedagógicas que além de modernizarem o ensino, politizem todos os meios universitários;
- d) dar condições materiais adequadas para o estudo e a pesquisa dos alunos e professores;
- e) o ensino deve se concentrar no conhecimento e na investigação dos problemas nacionais;
- f) a universidade boliviana incorporará a ambição dos trabalhadores de criação que uma universidade operária;
- g) "o objetivo não é converter todos os operários e camponeses em possuidores de títulos de profissionais liberais, senão em criar, junto aos profissionais e ramos tradicionais, técnicos e especialistas em pouco tempo, que estarão a serviço da revolução; mas, além disso em voltar toda a massa estudantil à luta revolucionária".

O documento rejeita a idéia de que o povo deva ser conscientizado pelos universitários: "Como se os operários esperássemos ou necessitássemos que os estudantes nos que venham despertar nossa consciência. É preciso acabar radicalmente com este absurdo paternalismo".

Outro aspecto que diz respeito à proposta de universidade única refere-se a reivindicação de superar a divisão entre o trabalho intelectual e o manual. Assim, a universidade e seus estudantes deveriam ajudar os mineiros a tirar a mineração nacional de sua bancarrota. "O proletariado, ao assimilar os estudantes a sua linha política, tem a possibilidade de dar uma nova fisionomia à educação e de aproveitar a força de trabalho dos universitários em algo positivo. A superação global do abismo que atualmente reina entre o trabalho manual e intelectual será uma das conseqüências do socialismo".

Há uma crítica ao modo de vida dos estudantes e sua propensão a chocar-se com as formas de luta próprias do movimento operário. É assim que é dito no final da proposta: "a pequena burguesia desesperada adota determinados hábitos de vida que são um produto de seu desespero e da desintegração da atual sociedade. Os universitários devem abandonar a pose hippie para adotar os hábitos proletários, sua serenidade e sua luta sistemática e paciente". Uma leitura rápida deste trecho do documento pode revelar um conservadorismo dos dirigentes operários, no entanto, há uma crítica desde um outro ponto de vista. A revolução cultural, de hábitos e costumes, marcante na década de 1960, foi criticada como superficial e pouco conseqüente em relação aos objetivos políticos e econômicos que o movimento operário se propunha revolucionar.

A proposta dos mineiros despertou um vivo interesse nos meios universitários. No dia 18 de fevereiro foi publicado um texto da universidade maior de San Andres, principal centro universitário do país, debatendo a proposta de Universidade dos operários (El Diario, 18/02/1971). A realização do IV Congresso Universitário foi outro momento em que o debate sobre a universidade única se desenvolveu. Os dirigentes mineiros Alberto Jára e Simon Reyes defenderam neste congresso universitário, realizado na cidade de Trinidad (4 a 11 de julho de 1971) a proposta da assembléia popular. A Universidade Única foi o tema central dos debates (Ultima Hora, 13/07/1971). Ao final do congresso foram aceitas as propostas dos trabalhadores embora pouco tivesse sido posto em prática logo em seguida. O documento enviado ao presidente do congresso nacional de universidades dizia:

Dada a situação crítica em que se encontra a Bolívia, para romper o círculo vicioso de que sempre faltam meios para a educação, o único meio viável a é que as universidades se encarreguem da política de educação da criança boliviana em todas as suas etapas, só assim a universidade boliviana poderá jogar um papel verdadeiramente revolucionário. (...). Sobretudo a universidade deve ir para o campo, às fábricas e às minas, e para isso deverá

tomar necessariamente o orçamento da educação em geral em proveito da revolução cultural boliviana³.

Existia muito ceticismo sobre a proposta da universidade única, mesmo após sua aprovação em congressos que reuniam os principais dirigentes das universidades do país. Os críticos afirmavam em geral que a proposta de universidade única possuía vários problemas apesar de suas propostas aparentemente positivas (Presencia, 06/08/1971). Em primeiro lugar a possibilidade de uma multiplicação de faculdades sem necessidade e com dispersão de gastos. Depois dúvidas sobre como melhorar o nível acadêmico. Em terceiro o questionamento da necessidade de hegemonia operária na universidade em choque com a autonomia conquistada.

Conclusões

A proposta da Universidade Única buscava contrapor-se à fragmentação e ao localismo que marcavam não só a vida universitária, mas as diferentes ações do Estado. Articulava-se com o objetivo de fortalecer a unidade nacional do país através do projeto político socialista em torno da Assembléia Popular. A proposta da Universidade Única só poderia portanto ser entendida dentro do contexto de radicalização e polarização política que marcou este período. Numa perspectiva internacional podemos dizer que a aproximação entusiasmada dos universitários correspondia com certo atraso aos movimentos de radicalização política de 1968 que contaminaram o movimento estudantil em muitos países.

A reforma universitária articulada com a idéia da Universidade Única possuía três aspectos essenciais. De um lado, a ousadia política e afirmativa do movimento operário em lançar-se como pólo político e dirigente do conjunto da nação, expressando a atitude de uma classe social que se lançava como futura classe dirigente do país. De outro lado, a proposta da Assembléia de Universidade Única tinha um aspecto político tático de buscar uma ampliação política e social deste movimento revolucionário em direção aos setores médios da pequena burguesia que eram majoritários no meio universitário. Era evidente que se buscava superar a experiência de 1953 a 1955. Além de tudo, buscava-se ver a proposta de Universidade Única como núcleo de defesa dos valores culturais nacionais, não como espaços de disputas entre pequenos feudos academicistas e localismos regionais travestidos de especialidades

³ “Hacia la Universidad boliviana”, op cit.

científicas. Na visão do movimento revolucionário estes problemas ligavam-se à submissão da burguesia aos valores políticos e culturais do imperialismo. Esta dinâmica fragmentada da classe dominante levava à perda da noção do todo nacional. Assim, ao começarem a dar passos concretos para pensar e dirigir o país como um todo, os operários organizados em torno da Assembléia Popular adquiriram reais condições de pensar também a universidade e o ensino em geral como um projeto para todo o país. Por estes motivos a Universidade Única, partindo da tradição autonomista de Córdoba e dos embates e aproximações de operários e universitários na história boliviana, constituiu-se numa experiência original e progressista mesmo não tendo se viabilizado praticamente.

A Assembléia Popular de 1971, bem como todo o impulso criativo gerado em torno dela, foi afogada em sangue pelo golpe de Hugo Banzer em 14 de agosto, mas como todos os momentos críticos da história, nos deixou caminhos, pistas e propostas para o futuro.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *O Partido Obrero na revolução boliviana de 1952*. Dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 1996

COGGIOLA, Osvaldo, História, mitos, utopias. *Revista Estudos - 1968 a imaginação no poder*. São Paulo, n. 16, fevereiro de 1990.

LORA, Guillermo. *La Revolución Boliviana*. La Paz: Masas, s/d.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

STRENGERS, Jeroen. *La Asamblea Popular*. La Paz: Sidis, 1992.

ZAVALETA, René. *El poder dual*. La Paz: Amigos del libro, 1987.

WANDERLEY, Luiz E. *O que é universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Col. Primeiros Passos.

Fontes

Jornal *El Diario*, La Paz, janeiro 1970 - agosto 1971.

Jornal *Ultima Hora*, La Paz, janeiro 1970 – agosto 1971.

Jornal *Presencia*, La Paz, janeiro 1970 – agosto 1971.

Jornal *Los Tiempos*, Cochabamba, janeiro 1970 – agosto 1971.

Revista *Hombre Nuevo*, 10, La Paz, jun-jul 1996.

Historia Oral Minera, 1965-1997, tomo III, catálogo SIDIS (Centro de documentación de la FSTMB – Federación de los Trabajadores Mineros de Bolivia).